

## CAPÍTULO 2

### PROPRIEDADES ESTRUTURADAS DE EXPERIÊNCIA E AÇÃO

A INTENÇÃO dos dois próximos capítulos é examinar algumas propriedades dos fatos psicológicos, a respeito dos quais temos conhecimentos anteriores ao estudo dos fenômenos sociais. Em primeiro lugar consideraremos alguns fatos referentes à percepção; no próximo capítulo, trataremos de questões de motivação e aprendizagem. A discussão se limitará quase que apenas à observação de indivíduos em sua relação com o meio físico. Há razões para esta forma de iniciar o estudo. O indivíduo entra na cena social com necessidades e capacidades definidas, que constituem os fundamentos para a ação social. É necessário estabelecer relações inteligíveis entre êsses fundamentos. Além disso, a maior parte do campo da teoria e da investigação psicológicas tem-se centralizado, até hoje, em torno das relações entre os homens e o ambiente não-social, e é aqui que encontramos os mais claros conceitos desenvolvidos até agora. O exame de algumas propriedades de fatos psicológicos deve, portanto, aguçar nossa compreensão e preparar-nos para o exame subsequente de fenômenos especificamente sociais.

Esta discussão diz respeito, principalmente, aos processos de *organização psicológica* que ocorrem nos indivíduos. Quando falamos de ação social, não podemos evitar a referência a certas idéias como "grupo", "membro", "organização". Êstes termos indicam que entre os indivíduos ocorrem processos de organização, agrupamento e participação. A reflexão mostrará que, para que êstes resultados apareçam na esfera social, é preciso que ocorram processos correspondentes de organização, agrupamento e participação nos membros individuais dos grupos. Esta discussão tratará, primeiramente, da organização da percepção, o que nos proporcionará o primeiro conhecimento do ambiente.

#### *A Relação Organismo-ambiente*

A observação se inicia com um organismo num ambiente. O indivíduo é parte do ambiente, mas uma parte distinguível e relativamente segregada. Desenvolveu-se no ambiente, participa de muitas de suas características, está constantemente dependendo dêle; apesar disso, possui propriedades próprias e até oferece oposição e resistência ao ambiente. Se adotássemos um ponto de vista muito geral, poderíamos insistir que os indivíduos são apenas partes de um campo mais amplo, pontos de inter-

secção de processos de campo particularmente densos e intensos. Mas somos levados a uma opinião mais realista, ao considerar que os indivíduos mostram considerável tenacidade para manter sua identidade, e resistir à dissolução.

O organismo precisa constantemente do ambiente e dêste depende constantemente; entre suas energias e as do ambiente há uma troca persistente. O organismo age de maneira a preservar as suas propriedades; põe em funcionamento atividades incessantes de respiração, digestão, regulação da temperatura e excreção dos produtos excessivos. Essas atividades fazem parte de um sistema de processos de interação que mantém um equilíbrio interno. O organismo é uma unidade biológica, cujas atividades internas tendem a uma relação de equilíbrio. Para manter estas funções e seu equilíbrio, o organismo se dirige da maneira mais vigorosa para o ambiente, mantendo com êle uma troca constante.

As relações de dependência, de interesse básico para nós, são as mediadas por processos psicológicos. As transformações externas não somente despertam as reações fisiológicas auto-reguladoras já mencionadas; o organismo também está "em contacto" com o ambiente, de forma bem específica, através dos órgãos dos sentidos, cujas excitações produzem a ação. Notamos a extensão desta dependência, quando consideramos as conseqüências da eliminação dêste caminho para o ambiente. A falta do sentido visual eliminaria todo o domínio de qualidades visuais; a falta de audição excluiria outra região de informação. Em cada eliminação, se restringiria a amplitude da atividade e da consciência; o indivíduo se enfraqueceria e, finalmente, cairia num estado de torpor. Estas considerações mostram claramente que ser um indivíduo não é ser uma entidade segregada, separada de suas ligações vitais com as outras coisas. O indivíduo está sempre num campo de forças. Suas características mais profundas são características de interação com o ambiente. Sua identidade e persistência não são ameaçadas pela relação de dependência, mas por meios falhos e lentos de reagir ao ambiente.

Os processos psicológicamente mediados também tendem ao equilíbrio. No ambiente, o organismo procura, em primeiro lugar, um campo de ação, uma região na qual se possa movimentar e agir de acôrdo com a sua estrutura. É sensível aos aspectos do ambiente que são de importância básica para as suas funções vitais. É um fato bem conhecido que organismos diferentes se dirigem para aspectos muito diversos do mesmo ambiente, de acôrdo com suas tendências vitais. Quase deixam de existir — para as formas inferiores — as partes do ambiente que não são importantes para elas. Neste sentido, os biólogos distinguiram entre o ambiente objetivo, ocupado pelos diferentes organismos, e a parte do ambiente à qual reagem. Dentro de sua posição [*niche*], o organismo procura condições adequadas a seu funcionamento completo — a comida, a luz, o movimento, o repouso. Reage mais às propriedades inclusivas das coisas do que às propriedades elementares; reage mais à forma amistosa ou ameaçadora que ao matiz preciso de brilho ou à variedade da côr. O sentido fundamental do termo "estímulo" é: uma transformação de condições do campo que exige um equilíbrio modificado. O que interessa não é apenas

a energia ou a amplitude do estímulo, mas sua relação com a condição orgânica e a tendência do organismo. Geralmente, não temos a ação de um estímulo isolado, mas a de um estímulo no campo. Inicialmente, os movimentos do organismo também têm um caráter de todo; a reação a um estímulo depende das condições do organismo. O sentido fundamental de "resposta" é: ação para o restabelecimento do equilíbrio\*. O estímulo e a resposta referem-se ao bem-estar ou à falta de equilíbrio, a exigências e a restrições.

### Orientação Objetiva

É inteiramente consistente com a relação ativa entre organismos e ambiente, o fato de que nossas experiências tenham uma referência intrínseca às coisas exteriores. Vemos coisas, não em nossos olhos ou cérebro, mas fora, isto é, no espaço; ouvimos sons que vêm de certa distância ou são produzidos por objetos que colidem. Quando tocamos um objeto com uma longa vara, sentimos sua dureza ou lisura na ponta da vara, como se nossos órgãos de tacto e pressão estivessem diretamente em contacto com êle. Estas experiências não nos parecem dados subjetivos, mas características das coisas. É evidente, em nosso modo de perceber, que somos orientados para a situação objetiva, para as propriedades e os processos das coisas. Fenomenalmente — isto é, em termos de nossa experiência — o objeto está diante de nós como é, com suas propriedades; não confundimos as mudanças que ocorrem nêle com as mudanças que ocorrem conosco. A forma, a côr, o tamanho, a dureza, o movimento, pertencem ao objeto, não a nós. Tornamo-nos conscientes de que precisamos estar em determinada posição em relação ao objeto, a fim de percebê-lo claramente; que precisamos ficar de olhos abertos para vê-lo. Entretanto, estas são apenas as condições necessárias para perceber o objeto como êle é. Fenomenalmente, o objeto tem uma existência independente de nossa percepção. Não percebemos que um objeto adquira existência, quando o vemos, ou deixe de existir quando não o vemos mais. Se olhamos para uma figura e depois fechamos nossos olhos, não concluímos que a figura tenha desaparecido, mas sim que continua a existir e não a vemos. Os objetos têm, para nós, um caráter duradouro, anterior e posterior à nossa percepção. Outras funções psicológicas possuem, também, êste caráter de direção para a realidade. Falando estritamente, não nos lembramos de lembranças, mas de acontecimentos passados. Pensar pensamentos é, somente, uma maneira de falar; pensamos sobre assuntos fenomenalmente tão objetivos quanto as nossas percepções. De maneira semelhante, nossas emoções são, geralmente, forte e objetivamente dirigidas às condições que produzem o medo, a alegria, e assim por diante. Êste caráter persistente das coisas — sua obstinada independência de nós — é uma forma primária de nossa experiência interior. É nada menos que o caráter de realidade

\* Diante dos comentários precedentes, fica evidente que a relação de equilíbrio, para a qual o organismo tende, não é passiva. É, antes, um equilíbrio em ação, que exige esforço e atenção.

que o ambiente possui para nós. Nada pode ser mais objetivo e mais real que este mundo de coisas. Seu caráter de realidade não resulta de inferência ou de crença; é a fonte de inferências e crenças.

Essa atitude corretamente descrita como realismo ingênuo(10), não vê problema na percepção ou no conhecimento do ambiente. As coisas são o que parecem ser; têm exatamente as qualidades que revelam à vista e ao tato. O ambiente abre-se diretamente para nós e quase sem desvios, como se estivéssemos face a face com a realidade objetiva. Essa atitude, entretanto, não descreve as verdadeiras condições de nosso conhecimento do ambiente; de fato, não compreendemos como chegamos a conhecer, enquanto não compreendemos quão indefensável é a opinião do senso comum, quanto sua prática é superior à sua teoria.

A discussão precisa começar pelos fatos da física, que demonstram haver muitos processos, intervenientes e complexos, entre o objeto exterior e sua percepção. O estímulo físico para ver um objeto é, geralmente, a luz refletida por esse objeto. A luz se propaga em ondas, dos objetos para a retina. Estas ondas de energia são muito separadas e independentes umas das outras; não retêm a organização do objeto de que provêm. Na retina, produzem um mosaico de estímulos sem organização. (As estimulações da retina reproduzem a forma do objeto, em relações adequadas; mas, naturalmente, não vemos a imagem que está em nossa retina.) As estimulações da retina iniciam impulsos nervosos, que viajam, pelos nervos óticos, para o córtex visual. Nossa experiência visual do objeto está ligada, funcionalmente, aos processos corticais. Em resumo, a percepção do objeto é o resultado final de uma série de acontecimentos no mundo exterior e nas estruturas neuro-sensoriais. Dada esta série complexa de etapas, entre o objeto e nossa experiência, não podemos mais sustentar que as coisas parecem como parecem, porque são o que são(8). Embora fenomenalmente vejamos os objetos diretamente sem qualquer processo intermediário — o processo, objetivamente, é mediado. Nem podemos sustentar, como mostraremos depois, que o objeto percebido seja um reflexo fotográfico do objeto real. Precisamos dizer que o objeto no ambiente e nosso conhecimento dele são dois acontecimentos diferentes, se bem que relacionados.

O problema se desvia agora para a compreensão de como recapturamos a forma e a organização, perdidas nos passos intermediários. Os processos responsáveis pelo percepto se passam no nível cortical e precisam ser dependentes das características do meio cortical. Mas as características deste último são muito diferentes das dos objetos. O objeto fenomenal tem muitas vezes características que o real não tem, e pode não ter qualidades presentes no objeto real. Portanto, torna-se necessário não só compreender como nossa percepção vem a diferir das características dos objetos, mas também compreender porque nossas percepções são, afinal, verídicas ou correspondentes aos objetos reais\*.

\* Não podemos considerar adequadamente aqui como chegamos a um conhecimento do verdadeiro objeto, através da representação fenomenal. Para a finalidade desta discussão é suficiente considerarmos, como objeto real, a sua descrição, dada pela ciência.

A compreensão da forma pela qual a nossa experiência depende do funcionamento do sistema nervoso foi um passo decisivo na história do pensamento. Revelou que toda a escala de acontecimentos psicológicos repousa sobre processos centralizados no organismo. Disso resulta que o indivíduo faz uma contribuição essencial ao processo do conhecimento. Aprenderemos, agora, que os acontecimentos psicológicos têm uma estrutura própria; que a descrição de sua estrutura e sua dependência das condições corticais e ambientais tornam-se o problema central da psicologia.

### *Organização nos Processos Psicológicos*

Como já foi mencionado, mal podemos falar de assuntos pertencentes à psicologia social sem usar termos como grupo, associação e organização. Isto é suficiente para sugerir que estamos a lidar com fatos relacionados, que procuramos saber como interagem e se tornam interdependentes. O senso comum percebe, freqüentemente, a importância da inter-relação, embora não estabeleça, explicitamente, as suas razões e conseqüências. Compreendemos que, se um dos progenitores morre, as relações na família, entre os demais membros, não continuam as mesmas. Portanto, parece que a família não pode ser descrita adequadamente como a soma das relações entre A e B, A e C, e B e C; cada relação é, de certa forma, uma função das outras. Também percebemos a correlação em situações mais complexas. Em 1943, houve no Harlem, distrito de Nova York, um linchamento de grandes proporções. A causa precipitadora foi o boato de que um policial branco matara um soldado negro. A notícia se espalhou, através do distrito, com grande rapidez; no linchamento que disso resultou, diversas pessoas foram mortas, centenas ficaram feridas e houve muitos bens destruídos. Se encaramos os fatos, um a um, notamos uma enorme discrepância entre a causa e o efeito. Nossa compreensão nos salva, porém, desta visão parcelada. Compreendemos que o acontecimento provocador específico, embora tenha tido sua importância, não pode explicar o resultado; que o acontecimento inicial produziu um efeito, apenas como parte de tensões de há muito existentes.

Um problema central da psicologia é como estudar e compreender as inter-relações entre os fatos; pois encontramos uma ordem inegável no comportamento e na experiência dos indivíduos. As ações seguem seu curso; têm um começo, um desenvolvimento e um ponto culminante. O que vemos em nosso ambiente está, também, muito organizado. O espaço que nos rodeia tem direções claras e abertas. Há, dentro dele, muitos objetos, que possuem muitas qualidades. Sua forma é definida e ocupam posições específicas. Somente em condições extremas é que o ambiente se transforma em massa caótica. Estar numa situação é aprender as suas linhas principais e perceber uma distribuição específica de suas partes. Desde que não podemos mais admitir que as relações fenomenais reflitam, simplesmente, as relações externas, torna-se necessário procurar os princípios que dão ordem e organização às nossas experiências. Aqui, aproximamo-nos de uma questão básica. Nossa tarefa, no momento, é examinar duas opiniões importantes a respeito da natureza da ordem psicológica (principalmente com relação à percepção).

## Elementarismo em Psicologia

Começamos por uma escola de pensamento que formulou o problema da seguinte forma: — os acontecimentos psicológicos são, em geral, bem complexos; formam complicadas seqüências de fatos. Como podemos estudar, cientificamente, os fatos complexos? Para compreender um fato complicado, é necessário decompô-lo em seus elementos irredutíveis, identificá-los e descrevê-los, para estabelecer as condições que os produzem e estudar as formas pelas quais se ligam uns aos outros, a fim de produzir seqüências ordenadas. Esta é a posição do *elementarismo* em psicologia.

Encontramos o elementarismo, pela primeira vez, no estudo dos processos conscientes (mas veremos, resumidamente, que suas hipóteses básicas permaneceram intactas, quando os psicólogos se voltaram para o estudo da ação). A tarefa que esta antiga psicologia delimitou foi a descrição dos elementos da consciência — suas unidades irredutíveis de sensação e sentimento; o estudo da correspondência entre cada elemento e seu estímulo; a análise de fatos complexos em estímulos componentes. Num programa dêsses, a primeira tarefa é organizar um inventário dos elementos. Nas palavras de um notável representante dêsse movimento, "... o primeiro objeto do psicólogo é, portanto, estabelecer a natureza e o número dos elementos mentais. Apreende as experiências mentais, parte por parte, dividindo-as até que a divisão não possa ir adiante. Attingido êste ponto, encontrou um elemento consciente" (14, pág. 13).

Nenhuma posição teórica está livre de suposições, e isto é bem verdade a respeito do elementarismo. O ponto de partida aparentemente simples pressupõe, primeiramente, que haja elementos psicológicos constantes. Falar de um elemento, somente tem sentido se êste retém um caráter constante; um elemento precisa possuir uma identidade substancial. A suposição de que uma seqüência de experiências é a soma de suas componentes elementares tinha a mesma importância.

Essa explicação apoiava-se numa concepção correspondente dos processos cerebrais ligados aos acontecimentos psicológicos. Os processos nervosos eram supostos como corrente que viajam ao longo de um nervo, isoladas de outras correntes, e que chegam a uma região localizada no cérebro. Supunha-se que cada energia exterior produzia um resultado específico e localizado no cérebro, o qual era responsável pelo elemento consciente específico. Uma fonte externa de energia estimulou um órgão sensorial, produzindo uma excitação nervosa que se transmite, ao longo de nervos aferentes, a um ponto especial no córtex. Para cada uma dessas estimulações, há um processo consciente correspondente. Em resumo, os acontecimentos neurais eram concebidos como um número enorme de processos separados, todos basicamente idênticos, exceto quanto a diferenças causadas por sua localização, ou pelo lugar de chegada no córtex.

Num desenvolvimento posterior da psicologia, o interesse de muitos pesquisadores voltou-se para o estudo do comportamento, abandonando a investigação dos processos conscientes. No entanto, esta importante modi-

ficação não assinalou uma diferença na orientação elementarista. O programa metodológico do comportamentismo foi, excetuando-se a substituição da consciência pela ação, idêntico ao da psicologia que tentava substituir. De fato, a análise da ação correspondeu, em todos os pormenores, à análise da consciência. A ação era, também, a soma de unidades elementares. A unidade funcional do comportamento, modelada segundo o conceito de arco reflexo, era um movimento simples, específico e uniforme, em resposta a estímulos externos específicos. Cada unidade de ação começava com a excitação de um órgão sensorial por um "estímulo", a propagação de uma excitação nervosa para um ponto cortical, e a descargã de energia dêste último para um músculo ou glândula, que produzia um movimento específico, ou "resposta". Cada ato consistiu, assim, das seguintes partes principais: o estímulo, a reação e o caminho que liga o estímulo à resposta. Alguns dos caminhos, que ligam o estímulo externo à resposta, eram inatos; poderiam ser estabelecidos novos caminhos entre um estímulo e uma resposta específica, pelo processo de associação ou condicionamento (ver o Capítulo 3). Esta teoria reconheceu que a situação que um organismo enfrenta é complexa, mas sustentou que esta complexidade é redutível a uma multiplicidade de unidades e suas combinações.

Êste conceito de ação pareceu simplificar muito a tarefa da teoria, e esclarecer o objetivo da investigação. De um lado, está o ambiente, composto de uma grande quantidade de estímulos descontínuos; de outro lado, está o organismo, que reage a êstes, por movimentos descontínuos. O estímulo 1 produz a resposta 1; o estímulo 2 produz a resposta 2, e assim por diante; uma seqüência total de ação é a soma de respostas a estímulos separados. Compreendeu-se, naturalmente, que, quando vários estímulos agem simultaneamente, alteram a resposta uns dos outros. Entretanto, eram da espécie das complicações secundárias, que não alteravam o esquema principal. A maior tarefa era a de identificar os estímulos elementares e as respostas; estabelecer as maneiras pelas quais se ligam pela aprendizagem — estabelecendo as "regras de tráfego" para a ação. Mas foi fundamental a fé de que o estudo de ligações elementares de estímulo-resposta e suas transformações, sendo cada uma delas produto de processos locais e independentes, revelaria as leis que governam o organismo.

A concepção de elementos e de sua combinação foi de importância fundamental neste esquema. Cada elemento (da consciência ou da ação) possuía sua qualidade peculiar que o distinguia de todos os outros elementos. Cada elemento se ligava, constantemente, a seu estímulo específico. Os elementos eram os fatos primários, no sentido em que todos os acontecimentos complexos eram combinações de elementos. Supunha-se também que eram genêticamente primários, no sentido em que, quanto mais descemos na escala evolutiva, maior a probabilidade de encontrá-los.

O ponto de partida elementarista em psicologia tem conseqüências consideráveis para a concepção de homem. Consideremos, agora, um aspecto fundamentalmente diferente dos processos psicológicos — o da teoria da gestalt.

## A Tese da Teoria da Gestalt

Começamos com um fato que é, em certo sentido, conhecido por todos, embora sua significação tenha sido revelada para a psicologia só em 1890, por von Ehrenfels (5). Muitas das qualidades mais evidentes que percebemos são as que existem no objeto inteiro, e não em suas partes. Sob o domínio do pensamento elementarista, parecia indiscutível que a qualidade de um objeto percebido era uma soma de impressões ou sensações. A realização de Ehrenfels foi chamar a atenção para um fato cotidiano, que contradizia a suposição comum. Podemos reconhecer uma melodia quando a ouvimos em outra escala; de fato, podemos não notar que a escala mudou. Pela transposição da melodia, mudamos todos os elementos; portanto, os elementos não são suficientes para explicar a melodia. O que se aplica ao exemplo específico de Ehrenfels, é válido também para um número indefinido de outras experiências. A linha reta de uma série de pontos não é uma qualidade que esteja presente nos pontos, considerados um por um; é uma *qualidade-do-todo*, que reside na figura considerada como um todo. Os objetos são simétricos, redondos, grossos, e assim por diante. São qualidades pertencentes ao objeto como um todo e que se perdem, quando nos concentramos nas partes. As qualidades-de-Ehrenfels podem, como vimos, ser transpostas. Desde que as relações entre as partes não sejam alteradas, a qualidade da forma permanecerá intacta, enquanto os elementos são mudados. Podemos mudar a distância entre uma série de pontos, assim como seu tamanho e côr, sem modificar a qualidade da direção retilínea. É claramente possível mudar muitas coisas em um objeto, sem alterar tais qualidades. (Wertheimer gostava de mostrar que uma caricatura pode ser uma representação mais fiel do que uma fotografia.) Por outro lado, podemos deixar intactos todos os elementos, menos um, e destruir a qualidade específica. Na figura 1, por exemplo, o desvio de um ponto é suficiente para destruir a qualidade de linha reta. São conclusões surpreendentes, se encaradas do ponto de vista do elementarismo; de fato, são incompatíveis com suas suposições.

A demonstração de que há qualidades-do-todo, não é um fato de significação isolada. Essas qualidades preenchem, virtualmente, nosso ambiente: são as características mais frequentes e vivas do ambiente. Um rosto sorridente produz uma impressão que não se encontra nas contrações musculares, consideradas separadamente. A forma de um rosto, o andar de uma pessoa, a qualidade da amizade entre duas pessoas são exemplos das qualidades-de-Ehrenfels. Elas dão sentido ao que percebemos.

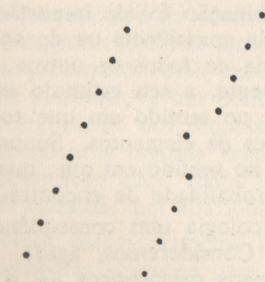


FIG. 1

Uma afirmação aparentemente muito simples é a de que a forma de um certo objeto é a soma das impressões elementares que produz. Entretanto, não pode ser mantida à luz de observações que demonstram uma tendência sistemática para separar e agrupar as unidades do ambiente, de acordo com princípios definidos. Quem compreendeu primeiro a significação destes fatos foi Wertheimer (18), que formulou alguns dos princípios básicos da organização perceptual; e, como conseqüências, houve uma crise na teoria da percepção e o estabelecimento das bases para a teoria da gestalt. Poucos dos que olhem para a figura 2a deixarão de ver um retângulo, que inclui uma forma losangular. É tão obrigatória essa forma de organização, que dificilmente ocorreria a alguém considerar outras alternativas. Mas há muitas outras maneiras de ver a figura; 2b é uma delas. Este exemplo ilustra um dos princípios do agrupamento perceptual formulado por Wertheimer.

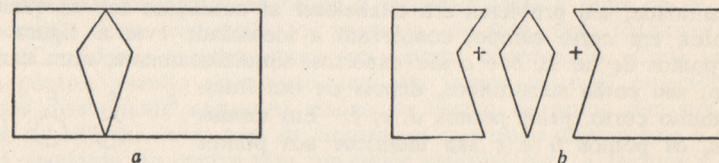


FIG. 2

Como outro exemplo, selecionamos a articulação fundamental das coisas em figura e fundo, descritas, pela primeira vez, por Rubin (12). Na figura 3 vemos uma forma branca rodeada por um fundo preto. Tentemos descrever sua aparência. A área branca tem uma qualidade mais firme, mais forte que a área do contorno, que parece mais vaga e relativamente sem forma. Dizemos que a área inclusa tem o caráter de uma figura, e a área que a rodeia, o de fundo. A figura possui o caráter de uma coisa; além disso, sai do fundo, e esse se estende por trás da figura. Esta é, de fato, uma contribuição extremamente interessante, que a pessoa que percebe traz para o material; os mesmos estímulos que representam a figura, representam também o fundo, atrás dela. Igualmente notável é a característica do contorno, que separa a figura do fundo. O contorno delinea a forma que inclui; não delinea a forma do fundo. Fisicamente, o limite é simplesmente uma demarcação entre duas regiões; fenomenalmente, tem uma qualidade dirigida. Mas a investigação não pára com o exame de nossa experiência interior. Faz parte de uma tarefa maior, que é estabelecer as condições objetivas que produzem determinada experiência interior. A respeito do exemplo dado, podemos dizer que a organização de figura e fundo requer, como condição necessária, a presença de um contorno; que regiões pequenas e marcadas tendem a tornar-se figuras; que áreas inclusas e áreas simétricas, brilhantes ou mais saturadas, tendem a tornar-se figuras. Por este



FIG. 3

Wertheimer e Ternus (1) estudaram, de maneira exata, a categoria de identidade; seu problema era estabelecer as condições sob as quais as unidades, em certo campo, conservam a identidade (ver a figura 4). Três pontos de luz *a*, *b* e *c* são expostos, simultaneamente, num campo escuro; são então substituídos, depois de um intervalo muito curto, pelos pontos *d*, *e*, *f*. Em termos físicos, os pontos *b* e *c* são idênticos aos pontos *d* e *e*, respectivamente; o ponto *a* desapareceu, e um novo ponto, *f*, foi acrescentado. O que o observador vê, porém, é o movimento dos três pontos *a*, *b*, *c*, da esquerda para a direita, para as posições *d*, *e*, *f*.

É instrutivo ver como a situação física difere dos fatos fenomenais. Vemos unidades que se movem onde não há movimentos físicos; *b c* são fisicamente idênticos a *d e*, e fenomenalmente diferentes de *d e*; *a d* são fisicamente diferentes e fenomenalmente idênticos. As partes conservam sua posição relativa na transição. O que acontece é determinado, não pelas condições existentes para cada uma das partes separadamente, mas pelo seu lugar dentro do todo. O ponto médio *b* continua idêntico ao ponto médio *e*, e os pontos extremos *a* e *c* tornam-se os pontos extremos *d* e *f*. Identidade é uma função do lugar das partes dentro do todo; as partes não são idênticas por si mesmas ou em si mesmas. A categoria de identidade não pode ser compreendida em termos de identidade aditiva; é uma função das relações estruturais.

### Confronto de duas Teorias:

#### Estrutura e Orientação

Como ilustração final consideremos uma função perceptual de importância fundamental, que se liga à nossa habilidade de notar a direção dos objetos no espaço. A cada momento estamos orientados para o

processo, podemos prever a organização fenomenal, resultante de certas condições de estímulo.

A percepção de identidade ilustra, de maneira especialmente marcante, quão decisivos são os fatores relacionais na percepção das coisas ao redor. De há muito que se supunha que a identidade (ou a semelhança) de dois objetos seja uma função da identidade de seus elementos. Os fatos da transposição puseram em dúvida tal suposição, como vimos acima.

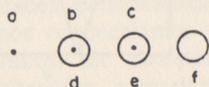


FIG. 4

espaço ao redor. Quando olhamos em volta, vemos que o chão é plano ou inclinado; vemos cada um dos objetos dentro de nossa visão, inclusive nosso corpo, numa posição e direção definidas — vertical, horizontal ou inclinada. A observação mostra que percebemos essas direções com notável precisão. Podemos, por exemplo, colocar um fio ou uma corda em posição vertical ou horizontal, com erro de menos de um grau. Podemos colocar fios verticais e horizontais, com a mesma precisão, num quarto escuro, desde que estejamos de pé. Esta habilidade é importante para o nosso equilíbrio corporal, que depende continuamente da clara percepção da direção. Basta pensar na desorientação que as pessoas descrevem, quando o campo visual começa a se mover imprevisivelmente.

Como podemos dizer que uma linha é vertical, horizontal ou inclinada em tantos graus? Essa questão, aparentemente restrita, ilustra as diferenças entre a interpretação elementarista e a gestáltica. A maioria das pessoas, quando pensa neste problema pela primeira vez, tende a descobrir a seguinte solução: pode-se dizer que a linha consiste de pontos; se a imagem dos pontos na retina é vertical, vemos a linha de pé. Uma elaboração desta explicação foi proposta, de fato, pelo fisiologista Hering. Considerou a retina como um sistema coordenado. Cada um dos seus pontos, quando estimulado, tem um "valor espacial" específico. Os pontos diretamente acima ou abaixo do centro da retina têm um certo valor de altura e valor zero de largura; os que estão diretamente à direita ou à esquerda do centro têm um valor especial para a largura e valor zero de altura; relações semelhantes existem para outros pontos. Quando são excitados pontos contíguos da retina, com o mesmo valor de largura, a pessoa diz que viu uma linha vertical; vê uma linha horizontal quando todos os pontos excitados da retina têm o mesmo valor de altura; assim por diante, para todas as direções. Em resumo, Hering propôs-se a deduzir da soma de impressões elementares de pontos separados a orientação de uma linha.

Esta explicação, que tem o mérito de grande simplicidade, é um exemplo marcante de uma teoria elementarista de um processo psicológico. Reduz determinado fato aos seus elementos aparentemente mais simples, nota suas características, deduz destas últimas o fato a explicar. Supõe que uma experiência ou sensação constantes estão ligadas à estimulação de cada ponto, e que a direção de toda a linha é a soma destas sensações. Este ponto de partida forneceria, se fosse válido, uma explicação compreensiva da percepção de direção.

Fazemos, agora, outra observação (3). Temos que colocar um fio na vertical e na horizontal. Mas introduzimos uma outra condição: incluímos o fio numa moldura. O fio (ou a corda) fica no fundo de um quartinho de madeira, aberto na frente. Este quarto é inclinado para a direita, num ângulo de 22 graus. O observador fica de pé, ao nível do chão, diante do quarto inclinado; consideraremos, agora, apenas o que acontece quando vê somente o interior do quarto inclinado. Ele é instruído a dizer, à medida que a corda é movida, quando atingiu a vertical objetiva, isto é, o ponto em que é paralela às paredes do prédio e ao seu próprio corpo. Sob estas condições, a maior parte das pessoas vê

a linha como inclinada, quando está, objetivamente, na vertical. A colocação, que diziam ser vertical, se desviava consideravelmente da verdadeira posição vertical, na direção das linhas principais do quarto circundante. Este resultado estabelece, decisivamente, que a direção (da linha) percebida é uma função da estrutura e não depende apenas do estímulo produzido pela linha. Podemos manter constante a estimulação da retina e alterar a direção percebida, variando o campo que a envolve.

Estas observações permitem a formulação de certo número de conclusões importantes: (1) A localização percebida de objetos determinados está "determinada relacionalmente", sendo uma função da organização de todo o campo visual. Este constitui um quadro visual, ao qual se refere cada uma das unidades. A localização se faz com referência ao quadro. (2) A direção do campo visual não é construída a partir da soma de direções dos objetos específicos. O campo consiste de um quadro e direções dentro dele. As principais direções do campo formam o quadro. (3) A uma estimulação específica não corresponde uma resposta constante. O fato de que as mesmas linhas da retina possam produzir direções fenomenais diferentes, demonstra que não há uma correspondência de ponto por ponto entre um estímulo fragmentário e sua resposta. (4) As observações precedentes implicam em uma tendência para a formação de um único campo de orientação. A presença de objetos diferentes em direções diferentes não produz multiplicidade de quadros. Antes, são todos incluídos numa única ordem inclusiva. Mantemos uma orientação para o campo como um todo, não para cada parte separadamente. Se o campo apresenta fortes contradições, se há, por exemplo, dois fortes vetores a dar orientações diferentes, desenvolvem-se, muitas vezes, a confusão e a desorientação\*. (5) Outra observação revela outro princípio importante. Em geral, a pessoa que vê um campo visual inclinado, que se estende para além do alcance de sua visão, subestima o grau de seu desvio da normalidade. Com uma inspeção contínua, o campo começa a parecer cada vez menos desviado e, em alguns casos, se endireita completamente (3). Estas observações constituem o fundamento da conclusão de que o quadro tem tendências a tornar-se normal.

As observações precedentes demonstraram a grande importância do quadro na percepção. E, portanto, interessante mostrar que seu funcionamento não está restrito ao problema específico aqui discutido.

O exemplo que apresentamos a seguir mostrará que ele tem validade para outros casos. O fenômeno do "movimento induzido" é conhecido por todos. Estarmos sentados num trem parado, enquanto outro trem se move em trilhos paralelos e, de repente, sentir que o trem em que estamos se pôs, conosco, em movimento, em direção oposta, é uma experiência que já fizemos alguma vez. De maneira semelhante, sentimos que nos estamos movendo, enquanto ficamos parados na ponte, a olhar a corrente movediça, lá embaixo. O mesmo efeito pode ser observado quando vemos o movi-

\* Consideramos, aqui, apenas o fator visual na orientação espacial. Os impulsos e as mudanças cinestéticas no órgão vestibular contribuem, também, de maneira importante, para a orientação. É interessante notar que estes sistemas cooperam na produção de um nível espacial unificado.

mento da lua através de uma nuvem. Em todos estes exemplos, o movimento é comunicado a um objeto em repouso, por outro objeto que está em movimento. Às vezes, o objeto a que o movimento é comunicado é o próprio observador.

Devemos a Duncker (4) grande número de observações e conclusões fundamentais a respeito desse resultado. Numa investigação clássica, estudou o problema sob condições simplificadas, e foi o primeiro a esclarecer o sentido sistemático do quadro de referência. Se se observa, num quarto escuro, um ponto de luz (rodeado por um contorno retangular ou um quadro), que é lentamente movido para a direita ou para a esquerda, vê-se o ponto mover-se na direção oposta à da moldura (que é vista parada). O movimento é obrigatório e inteiramente indistinguível do movimento objetivo. Se o observador fixar, com o olhar, o ponto, o movimento não se enfraquece. O observador pode mesmo perceber o movimento do quadro em relação ao quarto, mas, ainda assim, o movimento do ponto não se modifica. Por outro lado, o movimento do ponto não induz movimento do quadro.

Uma condição necessária do movimento é o deslocamento de um objeto relacionado com outro; dados dois objetos que mudam de posição, um em relação ao outro, ver-se-á o movimento. Mas esta condição não determina se os dois objetos serão vistos em movimento, ou se um ficará em repouso. O resultado depende da organização do campo. Neste exemplo, como no da orientação, o ponto está localizado com relação ao seu quadro de referência.

Estas observações são bem decisivas, ao demonstrar que mantemos uma orientação para o campo como um todo, e que a organização de certa parte do campo é determinada, regularmente, por fatores que a rodeiam. Embora nos dirijamos para objetos específicos e não para o quadro, este decide, em grande parte, as características daqueles. Podemos, de fato, observar mudanças e perturbações na parte, enquanto permanece despercebida a mudança do quadro, que é o fator responsável.

A discussão precedente contém numerosos exemplos de fatos fenomenais, que não são idênticos às propriedades das coisas tais como a análise física as descreve, embora fielmente relacionados com essas propriedades. De fato, falamos, muito freqüentemente, de dados fenomenais, que, sob muitos aspectos, diferem da situação externa. A função unilateral de um contorno é um fato de nossa maneira de perceber (e do processo mental correspondente), não das linhas e áreas físicas. Em termos de física, é tão certo dizer que o quadro se movimenta com referências ao ponto, quanto o inverso. Nossa experiência, porém, é mais absoluta, vendo o movimento numa única direção. De forma semelhante, em termos da física, podemos dizer que o quadro está inclinado em relação à linha que inclui, o que é também contrário ao caráter absoluto de nossa percepção. Em termos de descrição objetiva, direções diferentes são indicadas com precisão, por uma série de ângulos igualmente graduados. Tal não se dá com a nossa percepção. Organizamos nossas percepções em volta de certas direções determinadas — a vertical e a horizontal; para nós, a diferença entre um ângulo de 91° e 90° não é

a mesma que a diferença entre 51° e 50°. De forma semelhante, vemos pessoas altas, baixas e médias, introduzindo diferenças que as medidas físicas não possuem. Estes processos estritamente psicológicos têm, de fato, uma função importante: demonstram uma tendência para perceber as coisas ao redor, de maneira tão clara quanto as condições o permitam (18). Essa tendência para a *prägnanz*, ou para conseguir o máximo de clareza, pode funcionar para produzir tanto maior precisão quanto uma organização rápida, mas inadequada.

Mostramos, especialmente, que as formas dos objetos, as maneiras pelas quais são agrupadas e separadas, não podem ser derivadas das propriedades das partes consideradas isoladamente, nem das relações individuais das partes. Um efeito observado num ponto específico não é determinado, independentemente, pelo estímulo local; o que acontece, em certo ponto, é uma função dos acontecimentos na vizinhança. Não podemos dizer que o brilho de um objeto seja causado pela quantidade de luz que êle reflete no olho. Variando apenas a iluminação das coisas ao redor, podemos modificar, do branco ao negro, a aparência de uma superfície de brilho constante, como mostrou Wallach (5). Não vemos um objeto em movimento, simplesmente porque sua imagem na retina muda de posição; fisicamente, os objetos estáticos, em condições adequadas, podem ser vistos em movimento. Também não é certo dizer que a velocidade do movimento é uma função do tempo com que a imagem atravessa a retina. Vimos, também, que a direção dos objetos não é determinada somente pela direção da imagem na retina. Em resumo, podemos mudar as características percebidas nas coisas, sem alterá-las em nada, pela introdução de mudanças nas condições adjacentes. O mesmo comprimento pode parecer mais comprido ou mais curto; a mesma direção, vertical ou inclinada; o mesmo brilho, claro ou escuro; a qualidade percebida depende da interação entre o estímulo local e seu campo. As formas e seus agrupamentos são determinados por condições objetivas. Geralmente, não podemos mudar, à vontade, a maneira de vê-los.

A discussão precedente limitou-se à esfera dos fatos perceptuais. No decorrer deste trabalho, tornar-se-á claro que esta questão se refere a todo o campo dos fenômenos psicológicos, para todo o âmbito de processos cognitivos e emocionais. Da mesma forma que a percepção não é uma soma de sensações, a ação não é uma sucessão de movimentos, nem o pensamento é uma cadeia de idéias.

### *Conseqüências para o Método*

Terá a discussão precedente conseqüências para a psicologia social? Nos parágrafos seguintes procurarei traçar algumas dessas conseqüências.

Se ações e experiências estão em relação de interdependência, segue-se que precisamos estudá-las em termos das unidades, de que são uma parte. Para compreender uma ação, uma afirmação, um motivo,

não devemos olhar, primeiramente, apenas os fatos separados e isolados, nem as relações isoladas; em vez disso, precisamos olhar os fatos à medida que se interpenetram, quando se completam ou se adaptam uns aos outros, ou quando colidem e se distanciam um do outro. Precisamos ver o tipo de unidades que formam, que espécie de centro têm as unidades, e que princípios governam o todo. Para compreender uma pessoa, precisamos vê-la em seu ambiente, no contexto de sua situação e dos problemas que está enfrentando. Se queremos compreender determinada qualidade, em certa pessoa, não podemos isolá-la; precisamos considerá-la com relação às suas outras qualidades. Por esta razão, também a "mesma" qualidade, em duas pessoas, não é, muitas vezes, psicologicamente a mesma (ver o Capítulo 8). Quando os fenômenos, que estão sendo observados, têm ordem e estrutura, é perigoso concentrar-se nas partes e perder de vistas suas relações. Torna-se necessário, em vez disso, olhar para os fatos, "de cima para baixo", como afirmou Wertheimer.

A compreensão ingênua é, muitas vezes, suficiente para guiar-nos a uma visão relacional e adequada dos fatos. Mas falha outras vezes, a não ser que tenhamos a ajuda de princípios explícitos. Uma criança rasga, exultante, as asas da mosca. Alguns dirão que isto é uma prova de um impulso de crueldade. A lógica desta conclusão é simples; alguns atos são cruéis e também o são aqueles que praticam. Mas essa conclusão pode ser cega. Pode ser que a criança não tenha intenção de causar dor, que não pensa no ato em termos de maldade; pode ser que esteja fazendo, simplesmente, uma coisa interessante. Para coibir a criança, pode não ser necessário diminuir seus impulsos de crueldade, e sim esclarecê-la. O exemplo ilustra o perigo de classificar um fragmento de ação, sem levar em conta suas fontes e ligações. Esta ilustração é talvez demasiadamente simples, porque está muito próxima de nossa experiência. Mais difíceis, por causa da maior distância, são os problemas da compreensão dos costumes e crenças de outras sociedades. Algumas comunidades primitivas têm a instituição da "compra da noiva"; o pretendente faz um pagamento específico em mercadorias — tais como gado — para a família da noiva. Nossa reação imediata é de surpresa, e esta aumenta, quando ficamos sabendo que as mocinhas nestas comunidades não ficam ressentidas com tal costume. É fácil falar da relatividade e arbitrariedade dos valores que variam com a geografia. Esta reação está baseada em premissas erradas e numa psicologia falha. Pois a compra da noiva não tem para aqueles que a praticam o mesmo sentido que hoje teria para nós. É necessário indagar qual o sentido do costume, no seu ambiente. Descobrimos que tem funções complexas: estabelecer a legitimidade do casamento e assegurar sua estabilidade, bem como recompensar a família da noiva, pela perda de seus serviços. O engano está em centralizar a atenção no fato isolado do pagamento, abstraído as circunstâncias que o cercam, ou colocá-las, sem o perceber, num contexto que seria o nosso. A maior parte dos atos sociais precisa ser compreendida no seu contexto;

isoladamente, deixa de ter sentido (ver o Capítulo 13). Nenhum erro, ao pensar nos fatos sociais, é mais sério do que deixar de ver seu lugar e sua função\*.

A apresentação de uma investigação bem conhecida, que se lerá a seguir, ilustra a importância de não desprezar o caráter relacional dos dados psicológicos. O estudo de Hartshorne e May (6) foi, a seu tempo, uma das investigações mais amplas e ambiciosas a respeito de um aspecto da conduta social. Essa pesquisa referia-se à tendência de crianças para a honestidade e procurava verificar se mostravam tendências consistentes e sistemáticas nessa direção. O método foi inteiramente objetivo; a finalidade foi "aplicar os métodos objetivos do laboratório à medida da conduta, sob condições controladas". O instrumento principal foi o desenvolvimento de um grande número de situações de testes padronizados, sob condições grupais e individuais, aos quais as crianças tinham oportunidade de responder honesta ou desonestamente. As situações eram bem variadas; numa delas, os professores devolveram os testes para que as crianças dessem as notas. Os testes já tinham notas, sem que as crianças o soubessem. Foi examinado seu escrúpulo em questões de dinheiro; examinada sua presteza em copiar de seus colegas. Muitos grupos numerosos foram submetidos aos testes, em cada uma das situações. Através deste processo, cada ato da criança, em cada situação de teste, foi representado por certa quantidade de pontos de honestidade.

A fim de verificar se a tendência para agir honestamente era uma qualidade consistente da criança, correlacionaram-se as suas respostas, em diferentes situações. As correlações foram muito baixas; crianças que eram muito escrupulosas na utilização do dinheiro, não eram necessariamente incapazes de mudar as notas, e assim por diante. Os autores concluíram que a honestidade não era uma qualidade consistente de determinada criança, mas sim um conjunto de hábitos específicos, formados em situações específicas. Afirmaram que "nem a desonestidade, nem o seu contrário, a "honestidade", são traços unificados de caráter, mas funções específicas de situações de vida" (6,41). A partir dessas descobertas, os autores chegaram a mais uma conclusão importante para

a educação do caráter: a fim de incutir a honestidade, é necessário ensinar a criança a agir honestamente em cada uma das situações que encontra.

Restringir-nos-emos, aqui, ao exame da lógica do método e de suas conseqüências para os resultados. Depois de escolher certos atos para a observação, os investigadores estudaram sua ocorrência e as relações entre eles. Para justificar este método, é necessário supor que um ato determinado tem um valor psicológico claro e fixo; se não, não haveria uma base de comparação para os indivíduos e o estudo das inter-relações. Podemos dizer que o mesmo ato externo tinha o mesmo sentido para todas as crianças? Propor esta questão já é respondê-la parcialmente. Não podemos supor que uma situação idêntica tenha o mesmo sentido para todas as crianças ou que a "mesma" resposta, dada por diferentes crianças, seja psicologicamente idêntica. Duas crianças agem honestamente (no sentido de Hartshorne e May): uma quer mudar sua resposta, mas teme ser vista; outra não está suficientemente interessada. Duas outras crianças agem desonestamente (no sentido da investigação): uma tem medo de desapontar seu professor; outra não pode resistir ao impulso de mudar uma resposta, que agora sabe estar errada. É claro que os atos aqui mencionados não estão classificados corretamente, se se levar em consideração o conteúdo psicológico. Não sugerimos que todas as respostas se desviem — tão extremamente como as descritas — de seu suposto sentido. Mas esquecer de levar em conta o conteúdo psicológico, lança dúvida sobre o sentido dos resultados e os fundamentos das conclusões\*.

Qual será a dificuldade central? No interesse da objetividade e da exatidão, os investigadores escolheram um ato especial (por ser facilmente mensurável), que é o resultado final de um processo psicológico. Sem levar em consideração a origem do ato, no pensamento e nos motivos de cada indivíduo, identificaram todos os atos que são exteriormente iguais. Destruíram as questões de maior interesse psicológico, isto é: qual o significado da situação para determinada criança e quais as forças que determinaram sua ação final? Teria sido admissível proceder desta maneira, se uma investigação anterior tivesse estabelecido que o ato investigado tem o mesmo sentido psicológico para todos. Embora o tratamento quantitativo tivesse a aparência de exatidão, deixou de lado o que era significativo.

A opinião segundo a qual a ação e a vida interior resultam da combinação de elementos fixos, conduz, necessariamente, à redução de fenômenos mais amplos a fenômenos mais restritos, à explicação de fatos mais desenvolvidos em termos de fatos menos desenvolvidos. A suposta primazia dos elementos fixos fornece um caráter secundário aos fenômenos mais desenvolvidos, que são considerados apenas como uma complicação dos menos desenvolvidos. Esta posição tem, como veremos, graves conseqüências para a psicologia social. Uma expressão desta maneira de pensar é a descrição da ação social como um produto fortuito

\* Para uma crítica semelhante, feita ao estudo de HARTSHORNE e MAY, veja-se G. W. ALLPORT, *Personality*, Henry Holt, Nova York, 1937. (A citação está errada, no original — N. T.)

de uma coleção de mecanismos. Os mecanismos, não tendo o caráter de processos num campo, são, de fato, muitas vezes, categorias abstratas. Uma consequência fundamental do elementarismo é reduzir os fatos que possuem conteúdo social ao nível dos fatos que são pré-sociais, e lidar com ações humanas através de termos usados para descrever e explicar ações pré-humanas. Uma interpretação como essa tem, antes de tudo, o efeito de desencorajar o interesse pelo estudo direto dos processos sociais. Se o que acontece entre duas pessoas é, fundamentalmente, uma complicação das qualidades individuais de cada uma, estas possuem, evidentemente, maior significação teórica, e o estudo das relações entre duas pessoas pode ser adiado por um tempo indefinido, isto é, para quando for conseguido maior esclarecimento a respeito dos problemas fundamentais. Simplificar as condições, ir "do complexo para o simples", é, naturalmente, uma necessidade primária da investigação científica. Mas quando o interesse pela simplificação faz parte da concepção elementarista, há o perigo de excluir os fenômenos a ser estudados, porque se crê que o essencial está presente nos elementos pretensamente simples.

Se, por outro lado, levamos a sério a idéia de que os acontecimentos possuem forma, que os processos são o produto de determinação mútua, desejaremos proceder de forma diferente na pesquisa. Desejaremos descrever os fatos em sua diversidade qualitativa, antes de tentar reduzi-los a uma forma comum. Compreenderemos que os fenômenos podem ser diferentes, quanto a aspectos decisivos, embora sejam compostos dos mesmos elementos. Estas considerações terão consequências na procura de relações funcionais. Quando tratamos de fatos que são partes de um sistema, interessa responder a estas perguntas: Que faz o fato neste lugar? Quais serão as consequências, para este fato, se alterarmos as condições circundantes?

Saber se um determinado estado de coisas tem as qualidades de uma soma ou as de uma estrutura é, naturalmente, uma questão a ser decidida empiricamente. Se a mudança em uma parte não modifica as outras partes, temos as condições para uma agregação; se a mudança em um ponto produz mudanças e perturbações em outros pontos, temos as condições para uma unidade estruturada. Nosso exame precedente, embora apenas parcial, foi suficiente para estabelecer que os dados psicológicos são geralmente partes de fortes organizações.

### *A Necessidade de Descrição Fenomenal*

Na psicologia social mal podemos dar um passo sem fazer referência à experiência direta. Agimos e escolhemos a partir do que vemos, sentimos e acreditamos; significados e valores fazem parte e são uma parcela de nossas ações. Quando nos enganamos a respeito das coisas, agimos em função de nossas noções erradas, não em função das coisas, tais quais são. Portanto, para compreender a ação humana é essencial compreender a maneira consciente pela qual as coisas nos aparecem. Isto é particular-

mente necessário para organismos tais como os humanos, cujas reações ao ambiente são, em tão larga escala, uma consequência de experiências passadas. Há um experimento muito conhecido em psicologia, que investiga o efeito do sucesso e do fracasso no "nível de aspiração". O experimento demonstra que os sentimentos de sucesso e fracasso desempenham um papel importante na decisão do nível de empreendimento que a pessoa estabelece para si própria no futuro. Mas não podemos conhecer o sucesso e o fracasso experimentados a partir da realização objetiva; a pessoa precisa falar-nos a respeito. A mesma reflexão se aplica com força idêntica a fenômenos sociais em grande escala. Um estudo de rituais tribais ficaria numa desvantagem sem remédio se se restringisse a uma enumeração dos movimentos e passos de que se compõe o ritual. Quem estiver seriamente interessado em rituais, precisa considerar sua função e significado — seu papel em ampliar o sentimento do grupo e em reafirmar o sentido da solidariedade grupal.

A descrição da experiência direta é, na verdade, um primeiro passo, necessário na investigação — na identificação dos fenômenos que tentamos compreender. Não estaríamos a pesquisar a natureza da amizade e do ódio, a diferença entre a inveja e o ciúme, se já não tivéssemos descoberto essas distinções em nossa vida interior e na dos outros. Antes de perguntar pelas origens e relações funcionais, é preciso saber o que estamos procurando explicar. A discussão precedente sobre a organização perceptual fornece um claro exemplo deste assunto. Começamos por certos fatos da experiência: determinada fração do campo visual é vista como uma figura; um objeto parece inclinado; dois pontos retêm a identidade, em movimento. A descrição destes fatos da experiência foi uma condição necessária para dar um passo à frente — relacioná-los a determinadas condições exteriores. Os fatos da experiência interior nos fornecem o objeto de nossa investigação. Na psicologia social, isso exige que descrevamos com cuidado o conteúdo de crença, atitudes, valores — e sua relação com a ação. Dificilmente um problema, entre os estudados neste trabalho, dispensa esta exigência.

Mais adiante, neste estudo, encontraremos processos empíricos e afirmações teóricas que, quase certamente, teriam sido revistos se os fatos fenomenais tivessem recebido o valor adequado. Como um exemplo da necessidade de um estudo direto da experiência, podemos tomar uma notável investigação pioneira de F. H. Allport (1). Estudou os efeitos do trabalho, em grupos face a face, sobre as atividades mentais. Nos experimentos de Allport, os indivíduos trabalharam em certas tarefas, sob duas condições. Na primeira, quatro ou cinco trabalhavam juntos na mesma sala, ao redor de uma mesa; os indivíduos não cooperavam, embora estivessem trabalhando simultaneamente nas mesmas tarefas. Sob outra condição, trabalhavam nas mesmas tarefas, em salas separadas. As condições — estar só ou perto dos outros — eram alteradas. As tarefas eram bem simples e rotineiras: cancelar determinada letra do alfabeto, numa página impressa, multiplicar números. As medidas de realização eram a velocidade e a precisão. (Deve-se acrescentar que Allport tentou eliminar o fator rivalidade da situação de grupo, dando

instruções a êsse respeito.) Sob a condição grupal, os resultados mostraram uma tendência ao crescimento na quantidade e na velocidade do trabalho. Êste foi um resultado médio; houve alguns indivíduos cuja produção diminuiu sob a situação grupo; o efeito do grupo variou quantitativamente, de tarefa para tarefa. A interpretação de Allport para os resultados foi, em resumo, a seguinte: o grupo de trabalho foi uma fonte de estímulo; "ver e ouvir" os outros, no trabalho, tem como resultado a facilitação do indivíduo, aumentando a taxa de movimento e, portanto, a produção de cada um. Nos casos em que os sujeitos mostraram um decréscimo, Allport afirmou a existência de um efeito inibidor produzido pelo grupo.

Como na investigação feita por Hartshorne e May, temos aqui uma conduta controlada externamente; há uma variação objetiva de uma condição, e uma medida, igualmente objetiva, de um efeito. Mas a concepção que orienta o processo é bem elementarista. Supõe que haja um sentido fixo para a condição de estar sozinho e que esta possa ser produzida pelo simples fato de colocar pessoas em salas separadas; supõe também um sentido fixo para estar junto (estabelecido por meios igualmente exteriores). A consideração de alguns fatos da vida interior teria, sem dúvida, corrigido estas suposições e pôsto em dúvida a idéia de que um grupo humano possa ser encarado, sobretudo, como uma fonte de estimulação física, libertando ou inibindo os movimentos.

A referência a fatos fenomenais teria revelado que alguém pode sentir a proximidade de outros, estando fisicamente só; que alguém pode estar só e ser pouco sociável, quando com outros; que o simples fato de colocar pessoas no mesmo espaço não tem um sentido constante, mesmo quando podemos descrever, exatamente, seu número e a duração de sua reunião. Uma atenção maior para com os fatos fenomenais teria deslocado a ênfase para os acontecimentos que ocorrem entre as condições externamente dadas e as conclusões finais da resposta. A pesquisa deveria partir do seguinte fato: as pessoas estão cientes da presença umas das outras e a maneira de estar ciente é o que influi na ação. Além disso, sugeriria que a "facilitação social" consistente tem pouca probabilidade de ocorrer na ausência de fatores perceptuais e motivadores. De fato, a pesquisa mostra que o processo utilizado por Allport não excluiu, consistentemente, tais fatores psicológicos. Por exemplo, as pessoas submetidas à prova estavam cientes de estar trabalhando simultaneamente nas mesmas tarefas. (Teria sido mais consistente, com o conceito de Allport, impedir êsse conhecimento, de maneira que os indivíduos ficassem realmente expostos, sobretudo, aos movimentos uns dos outros.) Há outras provas, na descrição de Allport, de que outros fatores psicológicos, impedidos de entrar pela porta da frente, insidiosamente entraram pela dos fundos e, provavelmente, dominaram os resultados. Allport reconhece, por exemplo, que, apesar das instruções para dominar a rivalidade, esta, até certo ponto, sempre se desenvolveu; reconheceu também que "trabalhar na presença de outros, ainda quando não há contacto ou comunicação direta, estabelece certas atitudes fundamentais" (1, pág. 285).

Como não foram estudados diretamente, êstes fatores agiram como efeitos intrusos e incontrolados.

Há, em consequência, uma qualidade *ad hoc* nas interpretações apresentadas. Quando a realização aumenta sob condições de grupo, é porque a facilitação social está funcionando; se, sob as mesmas condições, é obtido o efeito oposto, um fator inverso é responsável: a inibição social. Continuam obscuras as razões pelas quais um fator é eficiente uma vez e em outra, não; ou é eficiente para uma pessoa e não para outra. Suspeita-se que os conceitos apresentados sejam, simplesmente, reafirmações dos resultados quantitativos.

Embora seja, hoje, geralmente reconhecida a importância de estudar tanto a ação quanto a vida interior, há também uma forte tendência para abandonar os fatos fenomenais e desconfiar dêles. Esta atitude deriva da crença de que os fatos mais adequados ao estudo científico sejam as ações e sua dependência das condições externas. Diz-se que as ações têm o caráter de acontecimentos públicos e físicos e que os fatos fenomenais, sendo essencialmente íntimos, não estão abertos à observação. Embora hoje estas exigências sejam apresentadas com muito mais moderação de que nos primeiros tempos do comportamentismo, há poucas dúvidas de que o ponto de vista descrito continue a exercer grande influência. Até que ponto será justificado? A desconfiança quanto aos fatos fenomenais e a tentativa de excluí-los da comunicação científica, baseiam-se numa concepção especial de sua relação com os fatos físicos. As ações fazem parte, claramente, do mundo físico. Os fatos fenomenais, entretanto, parecem estar numa categoria própria, estranha aos conceitos de ciência natural. Ao que parece, nada precisa ser alterado, pouco que seja, na descrição da ação de um organismo, pelo fato de que êste também é consciente. Na realidade, sabemos que há relações organizadas entre os fatos fenomenais e os processos cerebrais. Mas os fatos fenomenais parecem não ser como os processos que os acompanham. Êstes não são doces, nem vermelhos, nem dolorosos como aquêles. É fácil, portanto, tirar a conclusão de que os fatos da vida interior são secundários.

Ainda que suponhamos que tôdas as afirmações precedentes são certas, não se conclui que possamos ignorar a experiência direta, pois, muitas vezes, nosso único acesso aos processos que ocorrem dentro do indivíduo é o que êle pode contar. Limitar a investigação à observação da ação, seria ignorar um fato da maior importância: o ator está sempre registrando, conscientemente, o que acontece com êle, e isso modifica seus atos posteriores. Saber que estamos a agir de determinada maneira, é um fato que exerce uma influência decisiva em nossa conduta. Nossas emoções, razões e crenças são fatos que têm um papel, às vezes decisivo, em nossas ações. Não é necessário decidir, aqui, se os fatos da consciência são simples epifenômenos, acompanhando os processos nervosos, ou, ao contrário, se as experiências conscientes exercem influência. Ainda que se admita a primeira hipótese, os fatos conscientes continuam a ser, muitas vezes, a única fonte de informação a respeito dos processos subjacentes.

Deve-se, porém, acrescentar que o exame apenas das experiências fenomenais não pode ser o único método de investigação psicológica. Fazê-lo, seria separar os fatos da consciência de suas origens nas condições objetivas e nos processos orgânicos. Uma psicologia, fundamentada em tal processo, seria inteiramente descritiva e estéril, pois deslocaria os acontecimentos conscientes de seu contexto. Os processos correspondentes aos fatos fenomenais são apenas uma parte de um campo mais amplo dos processos corticais, com os quais estão em constante interação. Muitos processos internos, que influenciam a ação, não estão representados na consciência. Estão neste caso muitos processos que ocorrem no tempo, tais como mudanças na memória, nos interesses e nos motivos. Pessoas podem viver a vida inteira sem saber que têm um ponto-cego ou que são cegas para cores, ou que têm preconceito. O campo mais amplo dos processos cerebrais funciona continuamente, enquanto que a consciência é mais esporádica e descontínua. Restringir-nos à consciência seria modelar arbitrariamente um assunto truncado, sem considerar as condições causais. Além disso, fatos fenomenais não incluem, muitas vezes, as relações funcionais que os determinam. A discussão precedente da organização perceptual tratou, quase que exclusivamente, desses exemplos. Vemos, sob forma absoluta, objetos em movimento ou estacionados, em posição vertical ou inclinada. Não faz parte de nossas experiências a verificação de que essas percepções sejam fundamentalmente dependentes do quadro; os processos responsáveis ocorrem "silenciosamente", sem representação fenomenal.

Há, de fato, processos que não poderiam ocorrer se apreendêssemos suas causas; tais são, por exemplo, o estreitamento do campo mental e emoções que deformam as condições reais. Não esperamos que um homem compreenda que é um fanático ou um maçante, pois o próprio conhecimento destes fatos alteraria seu caráter. A ausência de consciência não tem um papel apenas ao produzir resultados incompletos. Desconhecemos, igualmente, algumas de nossas qualidades mais encantadoras; não podemos indicar muito claramente a fonte das características e interesses dos quais bem nos podemos orgulhar. Esta limitação se aplica tanto, ou mais, ao nosso discernimento dos fatos sociais. Falar a linguagem do próprio grupo não é estar ciente de suas leis sintáticas e morfológicas. Uma coisa é obedecer às leis da organização social, e outra, muito diferente, estar ciente de seu sentido funcional. Em todos estes exemplos, a tarefa é apresentar determinados fatos com relação às condições que os produziram. Descobrir relações funcionais exige conceitos e métodos específicos. Mas, em tal análise, nossa apreensão das condições faz parte dos fatos que exigem explicação.

Concluimos que os fatos fenomenais são, para a psicologia, uma fonte de problemas e compreensão; que a teoria, para ser válida, precisa ser coerente com eles. Entretanto, o estudo dos fatos fenomenais é apenas um dos métodos da psicologia. Precisa acompanhar o método da experimentação e análise, necessário para a descoberta das relações causais. Precisa fazer parte da análise das relações funcionais, que é o método da ciência natural. A psicologia precisa, como as outras ciências, em-

pregar este método, mas, além disso, possui uma aliada valiosa na possibilidade de estudar os fatos da consciência. Quando estes são penetrantes, podem, como propôs Köhler (9), levar diretamente aos processos que ocorrem fora do alcance dos acontecimentos fenomenais.

#### BIBLIOGRAFIA

1. ALLPORT, P. H., *Social Psychology*, Houghton Mifflin, Boston, 1942. Com permissão dos editores.
2. ASCH, S. E., e H. A. WITKIN, "Studies in space orientation: I. Perception of the upright with displaced visual fields", *J. Experimental Psychology*, 1948, 38, 325-337.
3. ASCH, S. E., H. A. WITKIN, "Studies in space orientation: II. Perception of the upright with displaced visual fields and with body tilted", *J. Experimental Psychology*, 1948, 38, 455-477.
4. DUNCKER, K., "Über induzierte Bewegung", *Psychologische Forschung*, 12, 180-259.
5. VON EHRENFELS, C., "Ueber Gestaltqualitäten", *Vierteljahrsh Wissenschaft Philosophie*, 1890, 14, 249-292.
6. HARTSHORNE, H. e M. A. MAY, *Studies in Deceit*, Macmillan, Nova York, 1928. Com permissão dos editores.
7. HEAD, H., *Aphasia and Kindred Disorders of Speech*, The University Press, Cambridge, 1926.
8. KOFFKA, K., *Principles of Gestalt Psychology*, Harcourt Brace, Nova York, 1935.
9. KÖHLER, W., *Gestalt Psychology* (2.<sup>a</sup> ed.), Liverght, Nova York, 1947.
10. KÖHLER, W., "Psychological remarks on some questions of anthropology", *American J. Psychology*, 1937, 50, 271-288.
11. MACLEOD, R. B., "The Place of Phenomenological Analysis in Social Psychology Theory", in J. H. ROHRER e M. SHERIF, *Social Psychology at the Crossroads*. Harper, Nova York, 1951.
12. RUBIN, E., *Visuell whargenommene Figuren*, Copenhagen, 1921.
13. TERNUS, J., "Experimentelle Untersuchungen über Phänomenale Identität", *Psychologische Forschung*, 1926, 7, 81-136 (ver também W. D. ELLIS, *A Source Book of Gestalt Psychology*, Harcourt Brace, Nova York, 1938).
14. TITCHENER, E. B., *An Outline of Psychology*, Macmillan, Nova York, 1897. Com permissão dos editores.
15. WALLACH, H., "Brightness constancy and the nature of achromatic colors", *J. Experimental Psychology*, 1948, 38, 310-324.
16. WERTHEIMER, M., "Experimentelle Studien über das Sehen von Bewegung", *Zeitschrift für Psychologie*, 1912, 61, 161-265.
17. WERTHEIMER, M., "Untersuchungen zur Lehre von der Gestalt", I. *Psychologische Forschung*, 1922, 1, 47-58.
18. WERTHEIMER, M., "Untersuchungen zur Lehre von der Gestalt", II. *Psychologische Forschung*, 1923, 4, 301-350 (ver também W. D. ELLIS, *A Source Book of Gestalt Psychology*, Harcourt Brace, Nova York, 1938).
19. WITKIN, H. A., e S. E. ASCH, "Studies in space orientation, III. Perception of the upright in the absence of a visual field", *J. Experimental Psychology*, 1948, 38, 603-614.
20. WITKIN, H. A., e S. E. ASCH, "Studies in space orientation, IV. Further experiments on perception of the upright with displaced visual fields", *J. Experimental Psychology*, 1948, 38, 762-782.